

O desafio da renegociação: uma saída articulada

Este estudo, preparado pelo Corpo Acadêmico da CEDES e apresentado ao Conselho Deliberativo em 25/8/83, teve a participação da seguinte equipe: Prof. Celso Luiz Martone; Prof. Cláudio R. Contador; Prof. Francisco E. Barreto de Oliveira; Prof. Helson C. Braga; Dr. Newton Rabello de Castro Jr. (texto s/ Petróleo); (Coordenador): Prof. Paulo Rabello de Castro, sendo componentes da diretoria da entidade os Senhores: Diretor-Presidente: Renato Ticoulat Filho; Diretores: Flávio Teles de Menezes; Ney Bittencourt Araujo; Pedro Carlos Brito; Fernando Vergueiro.

O Brasil encontra-se hoje diante da maior crise econômica da sua história contemporânea. Tentativas anteriores de postergação do processo inevitável de ajuste apenas têm servido para diminuir a visibilidade dos problemas de estabilização da economia brasileira. Não há por que continuar minimizando a gravidade da nossa situação econômica. É chegado o momento de estabelecermos claramente uma trajetória de combate frontal às causas dos desequilíbrios que se estão tornando cada vez mais claros, à medida que se agravam os principais indicadores de desempenho econômico do País.

A crise brasileira apresenta, em síntese, três facetas evidentes: primeiro, o atual impasse na reciclagem da dívida externa; segundo, o desequilíbrio das contas internas do País, traduzido por uma taxa de inflação crescente e perigosamente alta; terceiro, pela quebra do encanto da promessa de um futuro de perspectivas favoráveis, tanto em termos de aumento da produção interna quanto da expansão das oportunidades de emprego. Este conjunto de problemas, por sua extrema gravidade, não mais admite manobras de adiamento nem de transigência. A postergação de medidas de ajuste fatalmente conduzirá, como já vem ocorrendo, ao agravamento da presente situação.

O governo tem diante de si um grande desafio, que é o de promover a

estabilização econômica dentro de um processo de abertura política. O teste final desse desafio é, justamente, o de conseguir mobilizar toda a sociedade, numa conscientização coletiva, para a absoluta necessidade de assumir um plano de ajustamento econômico claro e transparente, de conhecimento geral, e que seja capaz de resgatar as forças sociais do País do atual estado de perplexidade e incerteza em que se encontram. Um plano dessa natureza não pode permanecer apenas adstrito ao círculo mais estreito das autoridades responsáveis pelos destinos do País. É preciso que todos compreendam perfeitamente as implicações desastrosas da opção por um imobilismo diante da crise, e, assim, convencidos da urgência de uma reação positiva geral, hipotéquem sua solidariedade às ações empreendidas no plano governamental.

O plano de estabilização econômica deve levar em conta, precipuamente, as perspectivas que desejamos para a sociedade brasileira em termos permanentes. Esses objetivos finais inalienáveis são, em primeiro lugar, a construção de uma sociedade realmente democrática, onde prevaleçam, também, a liberdade de iniciativa, lado a lado com os princípios básicos de justiça social, e que, finalmente, este plano de estabilização, seja ele qual for, nunca deixe de considerar o objetivo de propiciar contínuas oportuni-

dades de ascensão econômica e social à população brasileira.

De seu lado, cumpre ao governo o papel permanente de propor um plano claro que devolva à população a esperança de estabilidade e de crescimento. Assim, assumindo suas responsabilidades diretivas, as autoridades produzirão o necessário consenso em torno do inevitável sacrifício que teremos de enfrentar nos próximos anos. Por seu turno, o papel da sociedade civil é o de responder à iniciativa do governo, mostrando de forma inequívoca a sua vontade de participar do processo de elaboração de novos rumos, dando uma contribuição responsável e construtiva como alternativa à crise que enfrentamos. A responsabilidade da sociedade civil não está em simplesmente apoiar toda e qualquer iniciativa governamental, mas, sim, a de apresentar sugestões e mesmo críticas, sempre amparadas por uma grande dose de espírito público e de sinceridade de propósitos.

Movidos por esse espírito, os membros da CEDES — Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais — se sentem no dever de apresentar, neste trabalho, algumas idéias que julgamos aproveitáveis como ponto de referência para o debate a ser conduzido e orientado pelas autoridades governamentais. Neste estudo, de caráter eminentemente qualitativo, nossa visão no problema econômico não pretende

ser extensiva, mas, sim, intensiva em sublinhar os pontos fundamentais causadores dos atuais desequilíbrios no plano externo e interno. Escapa aos limites deste trabalho o detalhamento da programação setorial ou regional, que só teriam cabimento dentro de uma análise bem mais pormenorizada, para a qual, no momento, faltam até mesmo alguns dados estatísticos de que apenas o governo dispõe. Pretendemos somente apresentar idéias relevantes, de maneira didática, reunindo aqui, sem pretensão de originalidade, várias teses que já vêm sendo levantadas por inúmeros cidadãos interessados em contribuir com a sua parcela intelectual à elaboração de um plano consistente para o País.

CAPÍTULO 2

UM PLANO DE SOLUÇÃO ARTICULADA: RESUMO DA PROPOSTA

O esquema utilizado pelo País, após 1973, de absorção temporária dos impactos externos implicou um comprometimento da renda futura dos brasileiros. A contrapartida desse esquema, no plano interno, foi a expansão do déficit público, num artifício que conseguiu manter maior nível de atividade e de emprego. O excesso de dis-

Continua na página seguinte

O desafio da renegociação: uma...

Continuação da página anterior

dispêndio global em relação à renda interna só era possível porque, ao mesmo tempo, se acumulava um endividamento externo. Em outras palavras, o País não só gastava cruzeiros em excesso, como, também, paralelamente, gastava dólares em excesso, correspondendo este último fenômeno a um crônico déficit do balanço de pagamentos brasileiro em conta corrente, financiado pelo exterior. Enquanto houve financiadores desse déficit em conta corrente, o processo de ajuste macroeconômico pôde ser postergado. Por isso, durante aquele período, não houve qualquer incentivo político à implementação de um ajuste duradouro.

Agora, entretanto, a situação é outra. O déficit público não pode mais ser sustentado por uma contrapartida de financiamento externo, isto significando que existe uma estrita limitação ao excesso de importações sobre exportações. Por isso mesmo, a geração de déficit público perdeu também sua consistência política anterior, pois, agora, o excesso de dispêndio governamental não consegue mais sustentar um nível artificial de atividade e de renda devido à restrição externa em dólares.

O déficit público tornou-se, paradoxalmente, gerador de mais desemprego. Esse fenômeno ocorre pelo crescente desequilíbrio financeiro produzido na tentativa do governo de financiar este déficit com títulos públicos, principalmente ORTN com cláusula cambial, transportando para as contas internas do governo as expectativas de desvalorização cambial. Os juros de mercado tornam-se excessivamente altos, provocando a paralisação das atividades e o desemprego, mormente no setor privado.

Chegamos assim à noção básica de que a acumulação da dívida externa esteve estritamente ligada à forma de financiamento do dispêndio público, ou seja, a dívida externa está vinculada à chamada dívida interna.

A reestruturação do dispêndio público, aplicando-se cortes substanciais onde for necessário, ao mesmo tempo em que se implementa um reforço das receitas públicas de caráter emergencial constitui a única maneira viável de se atacar o problema da dívida interna.

Medidas de controle da dívida interna representam sacrifícios adicionais da renda disponível das empresas e das famílias. Existe aí um foco espontâneo de tensão social e política

pelos inevitáveis reajustes e acomodações, que sempre ocorrem nessas circunstâncias. O corte do déficit público também provocaria, possivelmente, um aumento temporário da taxa de desemprego, tendo em vista as modificações no processo produtivo interno.

Como conjugar, então, a necessidade de um reajuste macroeconômico profundo, num ambiente de expectativas frustradas por parte das empresas e das famílias? Surge, daí, a noção de uma terceira conta, a "dívida político-social" como expressão do conjunto de promessas e esperanças, muitas frustradas — como emprego, ascensão salarial, seguro social, etc. — que o governo deve renegociar com a sociedade "credora" dessas promessas e esperanças.

EQUACIONAMENTO ARTICULADO

DA "DÍVIDA COLETIVA"

Dívida externa, dívida interna e dívida político-social são três partes inseparáveis de um conjunto que denominamos, por falta de melhor definição, de "dívida coletiva". Esta visão de conjunto é essencial para o equacionamento da crise brasileira, pois os problemas de cada uma das "dívidas" estão estritamente inter-relacionados, quer em sua gênese, quer no encami-

nhamento de soluções. Sem uma clara compreensão dessas inter-relações, qualquer proposta de equacionamento da proposta parecerá enviesada do ponto de vista técnico, e inegociável no plano político.

Tal noção de conjunto também é útil para se questionar as óticas parciais da problemática nacional, que ora ressaltam como preeminente o im-passe externo, ou que assinalam ser preciso primeiro "arrumar a casa" (referência à dívida interna), ou ainda, as que ressaltam a prevalência do atendimento às reivindicações políticas e sociais. No entanto, parece-nos evidente que um plano de estabilização econômica sustentável, que nos reconduza, efetivamente, à trajetória de crescimento e progresso social, só se viabilizará se essas óticas forem encaradas DE MODO ARTICULADO.

Articuladas também são as responsabilidades de cada segmento da sociedade (inclusive a dos nossos credores externos). Este é um primeiro aspecto importante desta forma de apresentação sistemática do problema econômico brasileiro: tanto o governo quanto as empresas e os indivíduos são todos, ao mesmo tempo, credores e devedores de alguma parcela da

Continua na página seguinte

O desafio da renegociação: uma...

Continuação da página anterior

"dívida coletiva". Esta é uma característica fundamental, pois ressalta o fato de que, dentro do sistema econômico brasileiro, ninguém poderá ficar imune de uma quota de sacrifício, ainda que se possa argumentar que alguns segmentos econômicos ou sociais estejam em posição credora ou devedora líquida em alguma conta particular dessa dívida.

Em segundo lugar, o conceito da "dívida coletiva" sublinha a característica de **estrita interdependência** entre as dívidas externa, interna e social. No atual estágio da crise brasileira, o governo não pode mais apresentar soluções em compartimentos estanques. Os problemas são interligados. Particularmente, numa situação em que se exigem sacrifícios coletivos, é fundamental que cada segmento social perceba claramente que sua quota de contribuição faz parte de um conjunto mais amplo e articulado, onde todos estão comprometidos. Do contrário, o anúncio de medidas episódicas e isoladas tenderá a agravar as tensões sociais, passando a exigir, por sua vez, outras medidas compensativas de cunho demagógico, que serão incumpríveis, no todo ou em parte, por absoluta falta de recursos. Esse ciclo negativo gera sempre reações sociais desfavoráveis e fomenta as oposições radicais.

UMA APRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA

O plano de equacionamento da "dívida coletiva" é apresentado de modo esquemático no quadro onde aparecem as respectivas posições credora e devedora de cada agente do processo. O esquema é de natureza meramente conceitual: não pretendemos chegar ao detalhamento de uma quantificação precisa das diversas variáveis econômicas aí mencionadas, por se tratar de um estudo eminentemente qualitativo.

Além da apresentação das posições credora e devedora de cada conta, o plano dá direções quanto ao necessário equacionamento das três dívidas mencionadas, listando a seguir os principais instrumentos de política que serão discutidos em maior detalhe nos capítulos seguintes deste trabalho. Neste ponto, pretendemos somente fazer uma apresentação panorâmica da dívida coletiva, ressaltando as diversas inter-relações e responsabilidade de cada agente social envolvido.

Observando para a primeira conta — da dívida externa —, verificamos ser esta a de explicitação mais simples e direta. Na posição credora estão os bancos, governos e entidades multilaterais do chamado Mundo Industrializado, e na posição devedora estão o governo, os bancos e as empresas sediadas no Brasil. As contas de dívida interna e de dívida político-social mostram, por sua vez, diversos "atores" que aparecem tanto na posição credora quanto na posição devedora.

Um exame atento do quadro esque-

mático nos indica as principais inter-relações entre as três dívidas. De um lado, os credores internacionais, ao admitirem uma renegociação ampla da dívida externa, exigem do devedor (Brasil) um plano plurianual de estabilização de sua economia. O programa de estabilização interna, por sua vez, definido na conta de dívida interna, implica corte drástico de subsídios e transferências bem como em reforço das receitas públicas. Ora, tais sacrifícios não obterão a necessária compreensão da sociedade se não for equacionada, ao mesmo tempo, a questão político-social. Daí porque, no passivo da dívida social, o seu equacionamento depende de recuperação da confiança, por parte da sociedade, e da garantia de melhor distribuição da renda social no futuro.

A seguir, apresentamos um sumário dos principais conceitos e recomendações deste estudo, dando uma visão panorâmica, muito sucinta, daquilo que é discutido, em maior detalhe, nos capítulos seguintes. A leitura do sumário também facilitará a compreensão do quadro da "dívida coletiva" exposto acima.

SUMÁRIO DE CONCEITOS E RECOMENDAÇÕES

1 — A crise econômica brasileira assumiu tais proporções que exige um conjunto de medidas corajosas, frontais e impostergáveis. O grande desafio está em promover o ajustamento econômico sem prejuízo do processo de democratização ora em andamento.

2 — A problemática brasileira, vista por qualquer uma de suas três facetas — externa, interna e político-social —, só será devidamente equacionada mediante um plano articulado, em que toda a sociedade hipoteque solidariedade às iniciativas do governo, por entender que o plano é viável e que os sacrifícios da hora presente serão equanimemente distribuídos.

3 — As raízes da crise atual têm uma dupla dimensão: recente e estrutural. As raízes recentes repousam em equívocos da política econômica a seguir discutidos. Mas as raízes estruturais são igualmente relevantes, pois a sociedade brasileira enveredou na busca de um rápido crescimento urbano-industrial à custa da displicência em relação à sua base agrícola, da permissividade inflacionária e do abuso do endividamento externo e interno.

4 — A retomada do crescimento não será gratuita nem depende só de um ato de vontade coletiva. Tem, como pressuposto, a avaliação crítica do ciclo de crescimento das últimas cinco décadas, a absorção dos sacrifícios de bem-estar durante o processo de ajustamento de emergência, e, aí então, a busca de novas fontes de progresso econômico-social, ajustadas às peculiaridades do Brasil no mundo contemporâneo. Em suma, passar do ciclo velho para um ciclo novo, com propostas criativas.

5 — Neste estudo, o enfoque é o da transição, pois de pouco adiantarão as propostas de retomada do crescimento sem prévia superação do atual impasse econômico. Não obstante, o momento da transição deve orientar a construção dos novos alicerces do crescimento, entre os quais:

- reforço prioritário à base agropecuária do País, sem prejuízo da evolução natural dos demais setores;

- atenção redobrada às questões demográfica e urbana;

- políticas consistentes de redução dos desequilíbrios regionais e da distribuição da renda pessoal;

- redirecionamento dos investimentos públicos para a base social, em educação e saúde, como pressupostos essenciais do desenvolvimento tecnológico e do aumento da produtividade;

- abertura comercial ao exterior, como pressuposto do crescimento do mercado interno;

- esforço redobrado na economia de fontes energéticas;

- reavaliação do papel do Estado na economia e abertura de espaços reais para as livres iniciativas individual e empresarial.

RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AO SETOR EXTERNO

6 — A questão da dívida externa tem sido, até agora, encaminhada por soluções precárias, tanto por falta de articulação com medidas de ajuste interno, quanto pela total vulnerabilidade do País junto aos credores e agências externas.

7 — Destarte, o País deve construir uma forte retaguarda para a renegociação da dívida, o que exige, previamente, uma estratégia de economia no uso de petróleo (proposta apresentada em Anexo deste trabalho), alguma recomposição de reservas internacionais e atenção especial à disponibilidade de produtos agrícolas para abastecimento interno e exportação (a safra 83/84).

8 — Soluções simplistas do tipo "moratória unilateral", sem uma prévia retaguarda de defesa da economia interna, apenas redundariam em brutal empobrecimento e desorganização social. Este caminho, portanto, deve ser evitado a todo custo, embora sirva como advertência para a necessidade de um fortalecimento da posição do País nas negociações.

9 — A renegociação da dívida externa, como solução duradoura, requer amplo reescalonamento de pagamentos, de principal e juros, bem como a diminuição do nível de juros e encargos ora cobrados.

10 — A solução duradoura só será atingida mediante contribuição tripartite do devedor, dos bancos credores e de governos de países desenvolvidos, com base no pressuposto de corresponsabilidade de cada parte, tanto na geração como na solução de impasse criado.

11 — Ao Brasil cabe a responsabilidade de ajustar suas políticas cambial e comercial para obter redução sufi-

ciente do déficit em conta corrente. O processo de substituição de importações ampliou ao máximo o mercado interno brasileiro relativamente ao seu mercado externo (apenas 8% do PIB nas exportações). É urgente, portanto, o esforço exportador (conjugado à melhoria das distribuições pessoal e regional da renda) para viabilizar o crescimento do mercado interno.

12 — Uma política cambial competitiva é crucial. Um país sem reservas está tecnicamente impossibilitado de exercer controle da taxa de câmbio. É preciso admitir essa realidade. Caso contrário, a especulação cambial persistirá (com ou sem "desdolarização" da economia interna) diminuindo a propensão aos investimentos produtivos. O controle centralizado de importações é medida recessiva que também pode ser evitada.

13 — Sugere-se, assim, um câmbio "diferencial", composto de taxa oficial — a ser desvalorizada por uma cesta de moedas fortes — acoplada ao câmbio livre obtido nas transações com Letras de Comércio Exterior (LCE) emitidas pelo Banco Central aos exportadores (numa certa proporção da sua receita total) e adquiríveis por importadores de bens e serviços (exceto petróleo e juros) e remetentes de capital.

14 — A solução das LCE apresenta diversas vantagens:

a) — é um grande passo no sentido da efetiva unificação cambial, por permitir eliminação de diferenciações (de créditos fiscais e subsídios) entre produtos exportados, que constituem um ineficiente regime de taxas múltiplas;

b) — difere do câmbio duplo, onde as duas taxas são fixas, pois no sistema proposto tem-se uma base fixa (câmbio oficial) e a outra variável (diferencial);

c) — não implica subsídio com expansão monetária;

d) — o câmbio variável das LCE é um dispositivo automático de incentivo às exportações e contenção de importações (quanto mais exportações, maior a oferta de LCE, menor sua cotação, maiores as importações, maior a produção e emprego doméstico);

e) — o esquema permite garantia aos credores de saldo para pagamento de juros "normais" e recomposição de reservas;

f) — elimina-se a especulação cambial decorrente de incerteza;

g) — contorna-se o problema das dívidas assumidas em dólares (serão pagas pelo câmbio oficial) e das ORTN cambiais (também remuneradas pelo câmbio oficial);

h) — elimina-se o controle administrativo de importações (exceto petróleo).

15 — Na área de política comercial, o sistema proposto permite imediata supressão de incentivos extraordinários às exportações e torna possível uma revisão tarifária das importações,

Continua na página seguinte

O desafio da renegociação: uma...

Continuação da página anterior
com redução gradual de alíquotas, liberaliza entradas e saídas de capital (via emissão de LCE). A par disso, deve-se redobrar o esforço de marketing de exportações, principalmente agropecuárias, propondo-se também reforço aos convênios bilaterais do comércio e o sistema "coreano" de liberalização de importações de insumos nas linhas de produção para exportação.

RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AO AJUSTE INTERNO

16 — A ausência de medidas frontais de ajuste da taxa de câmbio — e, portanto, do déficit corrente externo —, após a crise do petróleo, ensejou, internamente, a generalização de subsídios compensatórios (petróleo, exportações, agricultura etc) e a expansão descontrolada dos projetos estatais, para se manterem o nível de atividade e empregos domésticos. A pressão inflacionária surgiu como decorrência fatal. Este expediente só funcionou enquanto havia acumulação de dívida externa financiando o déficit corrente e, internamente, espaço para ampliar o endividamento público. Hoje, os subsídios e o déficit público são, paradoxalmente, recessivos e desempregadores líquidos de mão-de-obra, pelos efeitos que produzem sobre a inflação, a taxa de juros e sobre a balança em conta corrente.

17 — A solução articulada da crise não admite ajustamento do setor externo sem simultânea resolução do problema do déficit público. O desemprego é frente desse dilema. A queda dos investimentos também. É preciso estabelecer metas rígidas para o orçamento monetário, quebrando as expectativas de maior inflação. Para isso, é urgente a suspensão da maioria dos subsídios e corte drástico do déficit das empresas estatais. Pouco foi feito, até agora, neste sentido. Mas o desgaste provocado por meias medidas tem sido enorme.

18 — Os subsídios devem ficar adstritos, exclusivamente, à base da pirâmide social, financiados por receita fiscal a ser obtida por reforço tributário recolhido do topo dessa mesma pirâmide de rendas. A orientação dos subsídios deve ser para programas de cunho social, mormente durante a fase aguda do ajustamento, financiando o auxílio-desemprego (abaixo), a agricultura de baixa renda, o atendimento básico de saúde, o complemento à prestação da habitação popular e, eventualmente, o transporte coletivo. Nada mais.

19 — Paralelamente, o governo promoverá imediato corte do déficit fiscal, após uma pronta unificação orçamentária. Este déficit público corresponde hoje, matematicamente, a uma transferência perversa de recursos reais do setor privado para o setor governamental, com nítida perda de eficiência no processo de transferência e na aplicação dos recursos.

20 — Na área de empresas estatais,

é indispensável o concurso do Legislativo e Judiciário, na aprovação e auditoria de contas. Exige-se também a fixação de metas físicas de produtividade a serem alcançadas por cada empresa. Requer-se também imediata liquidação das operações "improdutivas" — quando não privatizáveis —, bem como recentralização, para a administração direta, de empresas cronicamente deficitárias. As estatais rentáveis devem ter mais liberdade gerencial, com maior responsabilidade civil dos diretores pelos atos praticados.

21 — As transferências do Tesouro devem ser eliminadas, ensejando os cortes de custeio que forem necessários, ao mesmo tempo em que se impõe rígido controle do endividamento interno e externo dessas empresas públicas. Os novos investimentos devem ficar circunscritos — salvo casos especiais — aos recursos próprios empresariais. A criação de novas estatais deve ser sumariamente proscrita. O regime de "holdings" estatais bem como suas reservas de mercado, deve ser reavaliados.

22 — Em compensação, deve haver maior liberdade de correção dos preços de bens e serviços fornecidos por estatais, condicionada ao controle de preços a ser exercido sobre monopólios e oligopólios públicos ou privados em geral.

23 — O programa de ajustamento econômico, na sua primeira fase, geralmente conduz a uma queda da receita de impostos indiretos (ICM, IPI) bem como de contribuições parafiscais (INPS, FGTS) obrigando a um reforço de receitas públicas, mesmo admitindo forte redução compensatória das despesas do Governo. A solução emergencial está no reforço através da tributação direta das pessoas físicas. Mais adiante, no capítulo correspondente, estão sugeridas as diversas áreas da renda pessoal passíveis de aumento de taxa.

24 — O esforço do IRPF deve atender aos princípios de progressividade e equanimidade (atualmente, a carga maior incide sobre a renda salarial). O imposto de renda da pessoa física deve ser revisado para eliminar incentivos fiscais. Por outro lado, os casuísmos fiscais devem ser evitados (como o Finsocial), bem como deve ser simplificada a base tributária das pequenas e médias empresas.

25 — As regras de austeridade de gastos e de reforço de receitas públicas aplicam-se, *mutatis mutandis*, aos estados e municípios. A maior descentralização de funções (na área de saúde, por exemplo) exigirá, por sua vez, ampliação da base tributária dessas unidades de Governo e maior participação delas na receita da União.

26 — O programa de ajustamento da economia requer também uma revisão em profundidade do mecanismo de preços e do *modus operandi* do setor financeiro. Uma das características negativas da política econômica recente tem sido sua demonstração de descrença no sistema de preços de

mercado como sinalizadores eficientes da economia. Daí o crescente intervencionismo nessa área, agravado pelo esquema atual de indexação, que não só é "opaco" como excessivamente rígido.

27 — Na área dos preços, a necessidade de liberalização é evidente para se evitarem os efeitos recessivos dos ajustes nas quantidades ofertadas dos produtos. Em especial, devemos abdicar dos terríveis equívocos do passado, como o tabelamento de gêneros alimentícios e o contingenciamento de exportações agrícolas. Os produtos agropecuários e seus transformados devem receber a paridade interna das cotações internacionais. Os controles de preços devem ficar adstritos, isto sim, aos setores monopolistas ou oligopolistas, públicos ou privados.

28 — A necessidade de incentivar setores empregadores de mão-de-obra requer políticas consistentes de liberação de preços. Isto diz respeito aos serviços educacionais, por exemplo, como também aos alugueis, com reflexos positivos sobre a construção civil.

29 — Da mesma forma que postulamos a liberação do mecanismo de preços, propomos a revisão do sistema de indexação. Não há motivo lógico para a indexação rígida entre preços industriais, correção monetária, desvalorização cambial e salários, tal como se opera hoje o sistema. A única explicação está na tentativa de devolver segurança aos agentes econômicos, por decreto. Mas a segurança do público depende, sim, da transparência do regime de indexação, que ainda é totalmente opaco.

30 — A correção monetária deveria ser operada com regra preestabelecida, contendo um redutor referente à "inflação-objetivo", como no sistema anterior. A acidentalidade deveria ser calculada simetricamente, ou seja, ou seja, tanto reduzindo quanto elevando a correção monetária.

31 — A taxa de juros passaria a ter uma nítida tendência de baixa quando conjugados os seguintes fatores:

- eliminação da valorização especulativa dos ativos denominados em dólar;
- reversão da expectativa inflacionária;
- redução do endividamento público, pelo corte do déficit fiscal;
- liberalização do sistema de crédito bancário pela diminuição dos controles e descompartmentalização do crédito;
- criação de novos instrumentos de crédito ("commercial papers", "factoring", etc.) e agilização das atuais debêntures, mercado de ações.

32 — O sistema de poupança também terá que sofrer forte revisão para livrar-se do risco de insolvência.

As aplicações do sistema devem ter mais flexibilidade. O regime de depósito deve voltar ao princípio de bloqueio trimestral. A remuneração desses depósitos pode ser então flexibilizada. O FGTS, por sua vez, deve ser corrigido por outro sistema de indexa-

ção, como se explica no capítulo 7, acoplado ao reajuste da casa própria popular.

33 — O princípio da flexibilidade do sistema de preços, câmbio e indexação também deve ser introduzido no âmbito de salários. Assim, sugere-se a indexação ao INPC (sem acidentalidade) apenas do salário mínimo. Acima, dessa faixa de mera subsistência, deve-se partir para o regime de negociação livre. O espírito do Decreto nº 2.045 deve ser transformado, para introduzir os 80% de variação do INPC como piso das negociações.

34 — Para a empresa, o que importa é o custo total da mão-de-obra, que inclui os encargos sociais. É possível reduzir encargos desde que se faça uma corajosa (e necessária) alteração do plano de Benefícios. A aposentadoria por tempo de serviço deveria ser substituída por um regime de participação opcional, via previdência privada. A flexibilidade salarial demanda também aperfeiçoamento da parte variável da remuneração, através de participação dos empregados na distribuição de lucros.

35 — O plano de ajustamento global certamente não comporta a introdução de um seguro-desemprego compulsório com reposição de ganhos. Mas a questão do desemprego, na fase aguda do ajustamento, merece um programa de auxílio-desemprego mínimo, conforme explicado no capítulo 7. Do mesmo modo, o desemprego no País também decorre, estruturalmente, da legislação trabalhista rural, totalmente inadequada no meio em que é aplicada. O Estatuto do Trabalhador Rural deve ser completamente reformulado.

36 — Medidas complementares na área social são sugeridas:

a — legislação especial para absorção de jovens aprendizes na força de trabalho;

b — descentralização de recursos e responsabilidades de serviços de saúde para os estados;

c — fusão de órgãos atuando, duplamente, na área social;

d — custeio de programas sociais mediante adequada tributação.

37 — Em anexo, sugere-se, finalmente, uma estratégia de racionalização de derivados de petróleo. No cenário proposto, meramente hipotético, haveria não só economia de quantidades, como expressiva elevação de preços. Adicionalmente, um "esforço de guerra" deve ser empreendido para mobilizar a área crítica de transportes de carga através de cabotagem e meio ferroviário.

38 — O resumo de recomendações acima apresentado não elimina a conveniência de uma leitura cuidadosa de todo o trabalho, onde todas as questões são tratadas em maior detalhe. Nem tampouco pretende esgotar a possibilidade de outras sugestões não contidas neste estudo. Pelo contrário, nossa contribuição quer, antes de tudo, provocar o debate e a busca de novas esperanças para os brasileiros.